



MUNICÍPIO DE BURITIS  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

**Autógrafo Nº 017/2024**  
**Projeto de Lei Nº 203/2023**  
**Mensagem de Lei Nº 037/2023**  
**Autoria: Poder Legislativo Municipal**

**“Dispõe acerca das penalidades acerca do alvará de funcionamento de estabelecimentos que forem flagrados comercializando, adquirindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de furto, roubo ou outro tipo ilícito”**

A Câmara Municipal de Buritis, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei. Decreta:

**Art. 1º** As empresas que desenvolvem atividades comerciais, devem manter registros que comprovem a origem das mercadorias adquiridas, devendo cadastrar, no ato da compra, os fornecedores das mercadorias, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação de seu respectivo endereço.

**Parágrafo Único.** Os registros deverão conter também a descrição do material comprado, a quantidade e a data da compra.

**Art. 2º** As empresas que descumprirem o disposto nesta lei ficam sujeitos às penalidades abaixo especificadas, sem prejuízo das sanções de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas:

I - Advertência, por escrito, da autoridade competente, esclarecendo que, em caso de reincidência, o infrator estará sujeito à multa;

II - Multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), na segunda infração;

III - Multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), na terceira infração;

IV – Suspensão do alvará de licença do estabelecimento;

V - Cassação do alvará de licença do estabelecimento.

**Art. 3º** O estabelecimento que estiver comercializando, adquirindo, distribuindo, transportando, estocando ou revendendo produtos oriundos de furto, roubo ou outro tipo ilícito, terá o seu alvará cassado.

**Art. 4º** Constatado pela fiscalização municipal as fraudes ou demais irregularidades previstas nesta lei, desde que devidamente motivado por meio de relatório circunstanciado,

Prefeitura de Buritis  
Procuradoria Geral do Município  
Rec 03/03/24 hsc  
Ass. Quimata N. P. P. P.



MUNICÍPIO DE BURITIS  
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

poderá ser realizado o cancelamento do alvará de funcionamento ou da licença, como medida acautelatória dos interesses da administração fiscal, garantindo o contraditório e ampla defesa.

**Parágrafo único.** A suspensão e cancelamento do alvará está condicionada ao trânsito em julgado da ação penal que apurar os delitos descritos no art. 3º desta lei.

**Art. 5º** O Município deverá abrir um procedimento administrativo e notificar o infrator que deverá apresentar sua defesa.


**Parágrafo único.** Após a tramitação de julgado pelo fisco municipal de todo o processo administrativo, e constatado que houve a infração prevista nesta lei, não caberá à restituição de qualquer valor imposto que tiver sido utilizado como crédito pelo estabelecimento destinatário.

**Art. 6º** Durante o tempo em que o proprietário fizer sua defesa e não regularizar a atividade, o estabelecimento permanecerá fechado, e, caso não ocorra à regularização, dentro do prazo estipulado, a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ dará início à revogação do alvará de licença e funcionamento.

**Art. 7º** Fica o Poder Executivo responsável em fazer a divulgação da referida lei.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, aos seis dias do mês de  
março o ano de dois mil e vinte e quatro.



Moisés Paulo da Costa  
Presidente da CMB